



540

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PORTARIA n. 636/2011

A PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no inciso III do art. 54 e no § 2º do Art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal),

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte de Justiça Especializada, relativo ao período de Setembro/2010 a Agosto/2011.

Manaus, 23 de setembro de 2011

Desembargadora MARIA DAS GRAÇAS PESSOA FIGUEIREDO
Presidente

	PODER JUDICIÁRIO
	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/AM Secretaria de Administração e Orçamento
Em 03 / 10 / 11	
Encaminhe-se à (ao) Gab/sto p/ extrair cópia e encaminhar d STI p/ divulgação no site deste Regional na Intranet e no portal Transparência.	

A CES p/ providências.

Em: 03.10.11

Germaine Martins de Souza
Coordenadora de Logística - STI
TRE-AM

APBMT
Ana Paula Mendes Simões Pereira
Secretária de Administração, Orç. e Finanças
TRE/AM

Recebido em:
03.10.11
às 16:17



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2010 A AGOSTO DE 2011

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS	
		(Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
		(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		70.935	6
Pessoal Ativo		64.979	6
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)		-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo		64.979	6
Pessoal Inativo e Pensionistas		5.955	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)		1.101	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas		4.854	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		13.410	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		-	-
Decorrentes de Decisão Judicial		92	-
Despesas de Exercícios Anteriores		7.590	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		5.728	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)		57.525	6
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)			57.531
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V) ¹		552.733.063	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0.010408	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	0,016696	92.284
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	0,015861	87.669


FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

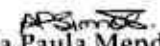
*Valores referentes à Portaria STN nº 530, de 16/9/2010.


Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas; consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.


Desembargadora Maria das Graças Pessoa Figueiredo
Presidente do TRE/AM


Pedro César da Silva Batista
Diretor-Geral


Ana Paula Mendes Simões Pereira
Secretária de Administração, Orçamento e Finanças


Alessandra Gonçalves Corrêa
Coordenadora de Controle Interno